



NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

**CONTRA O ACORDO DE TRAIÇÃO
CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E A PLATAFORMA SINDICAL DOS PROFESSORES**

Perante o acordo celebrado hoje, dia 12 de Abril, entre o Ministério da Educação e a Plataforma Sindical dos Professores, a Organização de Professores do PCTP/MRPP considera que o mesmo representa uma capitulação completa das organizações sindicais signatárias relativamente à política educativa do governo Sócrates e uma traição em toda a linha ao sentir e ao querer dos professores portugueses, bem expressos na grande manifestação de 8 de Março último.

Na verdade, o mencionado acordo não contempla favoravelmente nenhuma das principais reivindicações dos professores portugueses e consagra a aceitação tácita, por parte das organizações sindicais signatárias, do novo Estatuto da Carreira Docente, do novo diploma sobre a gestão das escolas e do novo modelo de avaliação dos professores, diplomas estes que continuam no entanto a ser repudiados pela grande maioria dos professores portugueses.

Pelo acordo de 12 de Abril, o governo Sócrates e o seu Ministério da Educação mantêm intactos todos os pilares essenciais da sua política e ganharam um novo fôlego para tentar transformar de vez as escolas públicas portuguesas em meras fábricas de diplomas e de resultados, sem nenhuma relação com a qualidade das aprendizagens efectuadas pelos alunos, com as expectativas do povo português e com as necessidades de desenvolvimento do país.

Depois da grande manifestação de 8 de Março, uma única alternativa se abria às organizações sindicais dos professores, a saber, ou encabeçavam a exigência quase unânime dos professores portugueses e impunham a demissão da equipa ministerial de Maria de Lurdes Rodrigues e a derrota da sua política, ou aceitavam dar a mão a essa mesma equipa ministerial, em troca do direito a serem aceites como gestores menores da sua política. Com o acordo agora celebrado, as referidas organizações sindicais escolheram o segundo termo da alternativa, ou seja, o da reabilitação da ministra Maria de Lurdes Rodrigues e da política educativa do governo Sócrates, e não se podem portanto queixar do descrédito em que inevitavelmente caíram perante a maioria dos professores portugueses.

A grande manifestação de 8 de Março e os actuais acontecimentos em torno da luta dos professores fornecem uma ocasião única para a reorganização dos órgãos de luta da classe profissional dos professores. Sem abandonar a luta dentro dos actuais sindicatos, torna-se imperioso que os professores prossigam e aprofundem o movimento pela criação de organizações autónomas que ousem assumir-se como porta-vozes das suas reivindicações mais avançadas e que afirmem os professores portugueses como sujeito activo e consciente de mudanças educativas democráticas, progressistas e revolucionárias.

Nas presentes condições, a afirmação da dignidade dos professores portugueses e a salvaguarda da possibilidade de reformar a educação em Portugal num sentido positivo e de progresso, exigem mais do que nunca, como questão prévia e incontornável, a revogação do novo Estatuto da Carreira Docente e dos principais diplomas que o complementam, designadamente os novos modelos de gestão das escolas e da avaliação do desempenho docente.

Lisboa, 12 de Abril de 2008

A Organização de Professores
do PCTP/MRPP